

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.407, DE 2014

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e sobre o estabelecimento de mecanismos de transparência e de prestação de contas do gestor e do agente operador do FGTS.

Autor: Senado Federal - PAULO BAUER

Relator: Deputado HILDO ROCHA

I - RELATÓRIO

O projeto em análise, oriundo do SENADO FEDERAL, de autoria do Senador PAULO BAUER, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e sobre o estabelecimento de mecanismos de transparência e de prestação de contas do gestor e do agente operador do FGTS.

Em síntese, as inovações que se pretende levar a efeito na Lei nº 8.036, de 1990, são as seguintes:

- a) Alteração na composição do Conselho Curador do FGTS, que atualmente é integrado por doze representantes do Governo Federal e doze da Sociedade Civil (trabalhadores e empregadores)¹, de modo a estabelecer a representação paritária de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais;

¹ Art. 2º do Decreto nº 9.116, de 4 de agosto de 2017.

- b) Alteração na presidência do Conselho Curador, que atualmente cabe ao Ministro do Trabalho, de modo a que seu titular passe a ser eleito bienalmente, de forma alternada entre as representações dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo, exercida pelo representante do Ministério do Trabalho quando couber à representação do Governo;
- c) Alteração na vice-presidência do Conselho Curador, que atualmente é exercida pelo Ministro das Cidades, de modo a que ela passe a ser exercida pelo representante do Ministério do Trabalho quando a presidência couber à representação dos trabalhadores, devendo o vice-presidente ser eleito quando a presidência for exercida pelo representante do Ministério do Trabalho;
- d) Alteração na forma de designação dos membros do CC-FGTS, que atualmente é feita pelo Ministro do Trabalho², de modo a que os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes sejam nomeados pelo Presidente da República;
- e) Estabelecimento da exigência de que os atos e as minutas de normativos do Conselho Curador sejam acompanhados da exposição formal dos motivos que os justifiquem, devendo ser publicados e colocados à disposição do público em meio impresso e na rede mundial de computadores;
- f) Estabelecimento da exigência de que o Presidente do Conselho Curador, o Presidente da Caixa Econômica Federal e o Ministro de Estado das Cidades apresentem anualmente, ao Senado Federal, relatório de gestão sobre os resultados, aplicação, normativos editados e respectivas

² § 3º do art. 3º da Lei nº 8.036/1990.

exposições de motivos, atas das reuniões do CC-FGTS e plano de ações; e

- g) Adequação do texto da lei às alterações feitas nas atribuições dos ministérios, de modo a substituir as referências ao extinto Ministério da Ação Social por referências ao Ministério das Cidades.

Segundo a justificativa do autor, apesar de o FGTS ser uma das principais fontes de recursos para os investimentos nas áreas de habitação e saneamento básico, não se tem uma dimensão clara das aplicações desses recursos. Para o autor, não é plausível que um Fundo tripartite tenha em sua composição um número de membros do Governo muito superior ao de empregados e empregadores. Além disso, assegurar a presidência do Conselho ao Ministério do Trabalho torna o processo de decisão ainda mais enviesado.

Ainda segundo o texto de justificação, as alterações na Lei nº 8.036, de 1990, visam a estruturar o Conselho Curador de maneira de mais equilibrada, com presidência rotativa entre as representações, tal como ocorre no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Além disso, visam a exigir que as autoridades responsáveis pela gestão do FGTS apresentem anualmente no Senado Federal os resultados do ano anterior, bem como o planejamento das ações a serem estabelecidas para os meses seguintes.

O projeto tramita em regime de prioridade (art. 151, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões (art. 24, inciso II). Por despacho da Mesa Diretora, a proposição foi distribuída às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54, RICD).

Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o projeto foi rejeitado por unanimidade. Segundo o parecer da Relatora, já

existem mecanismos mais do que suficientes para garantir a transparência e a prestação de contas do gestor e do agente operador do FGTS.

O projeto vem então a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, também, quanto ao mérito. Transcorrido o prazo regimental de cinco sessões, compreendido entre 11/11/2016 e 25/11/2016, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, inciso X, alínea “h”, e art. 53, inciso II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação far-se-á por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição da República e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.

As disposições do projeto têm como objeto a estrutura de gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que não figura na lei orçamentária. Como se sabe, os depósitos efetuados pelas empresas no FGTS integram um Fundo unificado de reservas, com contas individualizadas em

nome dos trabalhadores e, como tal, não integram o patrimônio público. Os saques podem ocorrer em razão de demissão sem justa causa, de aposentadoria ou morte do trabalhador, dentre outras hipóteses taxativamente previstas da própria Lei nº 8.036, de 1990. Por outro lado, os recursos do FGTS, enquanto não sacados, propiciam o financiamento de habitações e investimentos em saneamento básico e infraestrutura urbana.

Nesse sentido, entendemos que o projeto não apresenta implicações financeiras ou orçamentárias às finanças públicas federais, por tratar de tema relacionado a Fundo cujas despesas e receitas não transitam pelo orçamento da União.

Quanto ao mérito, entendemos que a proposição merece total acolhida por parte desta Comissão. Trata-se, na verdade, de Projeto de Lei que busca corrigir antigas e injustificáveis distorções na estrutura de gestão do Conselho Curador do FGTS, estabelecendo, ademais, importantes regras em prol da maior transparência e do maior controle social e parlamentar sobre a gestão do patrimônio do Fundo de Garantia.

Em relação à estrutura de governança, conquanto seja inegável a importância do FGTS para o financiamento de programas operacionalizados pelo Governo federal na área de habitação, saneamento básico e desenvolvimento urbano, não se pode olvidar que os recursos do Fundo pertencem aos trabalhadores, e não ao Governo. E isto, na verdade, deve se refletir na estrutura de gestão desse patrimônio. Nesse ponto, entendemos que assiste total razão ao eminente autor da proposição, na parte em que afirma que a estrutura de administração e decisão do Fundo confere ao Governo uma representação desproporcional, relegando aos representantes dos trabalhadores um papel secundário.

Nesse sentido, vislumbramos grande avanço na pretensão veiculada no PL de estabelecimento de uma composição paritária no Conselho Curador e, ainda, das inovações na presidência e na vice-presidência do colegiado, que passarão a observar regras de alternância.

Vislumbramos, também, grande avanço na pretendida alteração da sistemática de designação dos próprios membros do CC-FGTS. Dada a relevância desses recursos e a responsabilidade que recai sobre eles, parece-nos mais acertado que, em lugar de tais membros serem designados pelo Ministro do Trabalho, os representantes dos trabalhadores e dos empregadores e seus respectivos suplentes passem a ser nomeados pelo Presidente da República, tal como se busca com a proposição ora em análise.

Por fim, temos como igualmente positivas as demais inovações do Projeto, que buscam, ao fim e ao cabo, conferir uma transparência e um dever de prestação de contas ainda mais aprimorado à gestão do Fundo, o que certamente contribuirá para um melhor e mais bem informado controle social e parlamentar sobre o patrimônio do FGTS.

Em face do exposto, votamos pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei nº 7.407 de 2014; e, no mérito, pela **aprovação** da proposição.

Sala da Comissão, em 15 de agosto de 2019.

Deputado HILDO ROCHA
Relator